

**O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SISAL (BA) E AS
CONDICIONANTES TRANSFORMADORAS DAS RELAÇÕES DE
PRODUÇÃO NO CAMPO: POLÍTICA DE CRÉDITO E
PARTICIPAÇÃO COLEGIADA**

**SISAL IDENTITY TERRITORY (BA) AND CONDITIONERS
TRANSFORMING PRODUCTION RELATIONS IN THE FIELD:
CREDIT POLICY AND COLLECTED PARTICIPATION**

**EL TERRITORIO DE IDENTIDAD DEL SISAL Y LOS
CONDICIONANTES TRANSFORMADORES DE LAS
RELACIONES DE PRODUCCIÓN EN EL CAMPO: POLÍTICA DE
CRÉDITO Y PARTICIPACIÓN COLEGIADA**

Luis Eduardo Cunha Silva¹

edugeo.cunha@gmail.com

Ana Rocha dos Santos²

ana.rochaufs@gmail.com

Resumo: Cenário de constantes conflitos e complexas relações de produção, o espaço agrário nordestino é também palco de projetos que visam ampliar a capacidade das cadeias produtivas. No ano de 2007, o estado da Bahia passou a adotar os Territórios de Identidade como política de organização econômica, baseado no Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDSTR) em escala nacional. O presente artigo objetiva discutir sobre o Território de Identidade do Sisal, bem como as políticas de incentivo à produção que se originam nas instituições financiadoras internacionais. A metodologia está assentada em pesquisa bibliográfica e visitas em campo com os envolvidos na temática de estudo que estão diretamente ou indiretamente vinculados aos programas de financiamento.

Palavras Chave: Território; Desenvolvimento; Produção; Identidade; Financiamento.

Abstract: Scenario of constant conflicts and complex relations of production, the northeastern agrarian space is also the scene of projects that aim to expand the capacity of production chains. In 2007, the state of Bahia adopted the Identity Territories as an economic organization policy, based on the National Territorial Sustainable Development Program (PDSTR) on a national scale. This article aims to discuss about the Sisal Identity Territory, as well as the production incentive policies that are originated in international funding institutions. The methodology is based on bibliographic research and field visits with those involved in the study theme that are directly or indirectly linked to funding programs.

Keywords: Territory; Development; Production; Identity; Financing.

Resumen: Escenario de constantes conflictos y complejas relaciones de producción, el espacio agrario del Nordeste de Brasil también es lugar de proyectos que buscan ampliar la capacidad de las cadenas productivas. En el año de 2007, el estado de Bahía adoptó los Territorios de Identidad

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. PPGEO-UFS

² Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. PPGEO-UFS/ Professora Adjunta da Universidade Federal de Sergipe/ Docente do Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGEO.

como una política de organización económica, basado en el Programa de Desarrollo Sustentable de Territorios Rurales (PDSTR) de escala nacional. El presente artículo pretende discutir el Territorio de Identidad del Sisal y las políticas de incentivo a la producción que se originan en las instituciones financieras internacionales. La metodología incluye pesquisa bibliográfica y visitas en terreno con los involucrados en la temática de estudio que están directa o indirectamente vinculados a los programas de financiamiento.

Palabras claves: Territorio; Desarrollo; Producción; Identidad; Financiamiento.

INTRODUÇÃO

O espaço agrário brasileiro esteve ao longo da história econômica nacional, envolvido em constantes processos de transformação das suas estratégias produtivas, sendo estas fomentadoras de conflitos na unidade produtiva como desdobramentos de políticas e programas de incentivo à produção agrícola.

Marcado por um cenário de constante concentração fundiária e subordinação da mão de obra camponesa às oligarquias agrárias locais, o semiárido baiano tem sido alvo de intervenção no espaço rural. Um significativo quadro de mudanças era esperado com o término da ditadura militar brasileira e, a conseqüente promulgação da Constituição Federal de 1988 que assumia um caráter participativo da sociedade, bem como a promoção dos direitos e cidadania no campo, com a proposta de Lei Agrícola, defendida por movimentos sociais do campo. Entretanto, as reivindicações dos setores populares foram alteradas ao longo dos anos, sob forte influência do Estado. A título de exemplo, pautas progressistas como a defesa da reforma agrária, foram paulatinamente incorporadas ao Estado por um discurso de modernização do campo e incorporação das pequenas unidades produtivas na produção hegemônica da mecanização do campo, estabelecendo com isso, os pilares da reforma agrária de mercado, modelo este que segue orientação dos planos econômicos do Banco Mundial.

A Reforma Agrária de Mercado é um modelo promovido pelo Banco Mundial (SAUER, 2006) e aplicada com maior veemência nos países em desenvolvimento com grande concentração fundiária, inclusive o Brasil, “reconhecido internacionalmente pelos problemas históricos de distribuição de terras” (CAVALCANTE; FERNANDES, 2008, p. 21).

Em linhas gerais a reforma agrária de mercado não é estabelecida pelo Estado através da desapropriação de terras e redistribuição das propriedades no território nacional. Neste modelo, o Estado também opera como um indispensável agente de operacionalização do acesso e aumento da produtividade da terra através de projetos articulados com o Banco Mundial, na elaboração de políticas agrárias em consonância com medidas neoliberais que

visam inserir o país em um universo cada vez maior de propriedades rurais em consonância com a modernização agrícola internacional.

Todavia embora houvesse a defesa da unidade do espaço rural e urbano, o conceito de rural permanece como marca fundamental em torno da ideia de desenvolvimento nacional, desenvolvimento tecnológico imbricado ao desenvolvimento rural. Discurso que sustentará o interesse e o total controle das grandes corporações unificadas para, a partir de seus interesses de classe, a prerrogativa da necessidade de conduzir as propostas do modelo econômico da política brasileira a partir de 1993, com a criação da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e em plena consolidação a partir de 1997 com a nova política do Banco Mundial (CONCEIÇÃO, 2013, p.89).

O discurso do Estado brasileiro é de fomento à produção agrária, através da modernização do campo. Para isso, o modelo de produção agrária do país deveria alcançar patamares econômicos mais notáveis no cenário internacional.

[...] Este modelo hoje é mais do que nunca questionado pelas condições do próprio mundo moderno. No Brasil, para se tornar efetivamente moderna, a agricultura deve dissociar-se dos interesses arcaicos, ligados à concentração fundiária e ao crescimento extensivo, para adotar uma dinâmica efetivamente moderna, que valorize o espaço rural... [...] Com estes objetivos aqueles que vivem do seu próprio trabalho nas atividades agrícolas, devem se preparar para ocupar um importante espaço na construção de um novo modelo de agricultura para o país (ABRAMOVAY, 1998, p.9).

Entretanto, algumas questões são necessárias para analisarmos o cenário de “possível” melhora nas relações produtivas do campo, por meio de diretrizes criadas pelo Estado burguês. No cenário agrário nacional cabe ressaltar que é justamente na subordinação da terra ao capital que mais foram centradas ações que contribuem para a acumulação de capital. Além disso, observa-se outro agravante do ponto de vista da classe trabalhadora, no que se referem à adoção pelos movimentos sociais dos projetos de produção agrícola, ditados pelo capital e que são propostos pelo Estado. A título de exemplo no presente estudo, analisa-se a inserção das políticas de crédito, através dos setores da política territorial no Território de Identidade do Sisal (BA). No presente processo, no discurso da agricultura de desenvolvimento é observada a inclusão de uma política de crédito voltada para as relações camponesas de produção, incluindo-as nos moldes da produção de mercado, onde a figura do camponês é subordinada aos projetos de acesso ao crédito rural.

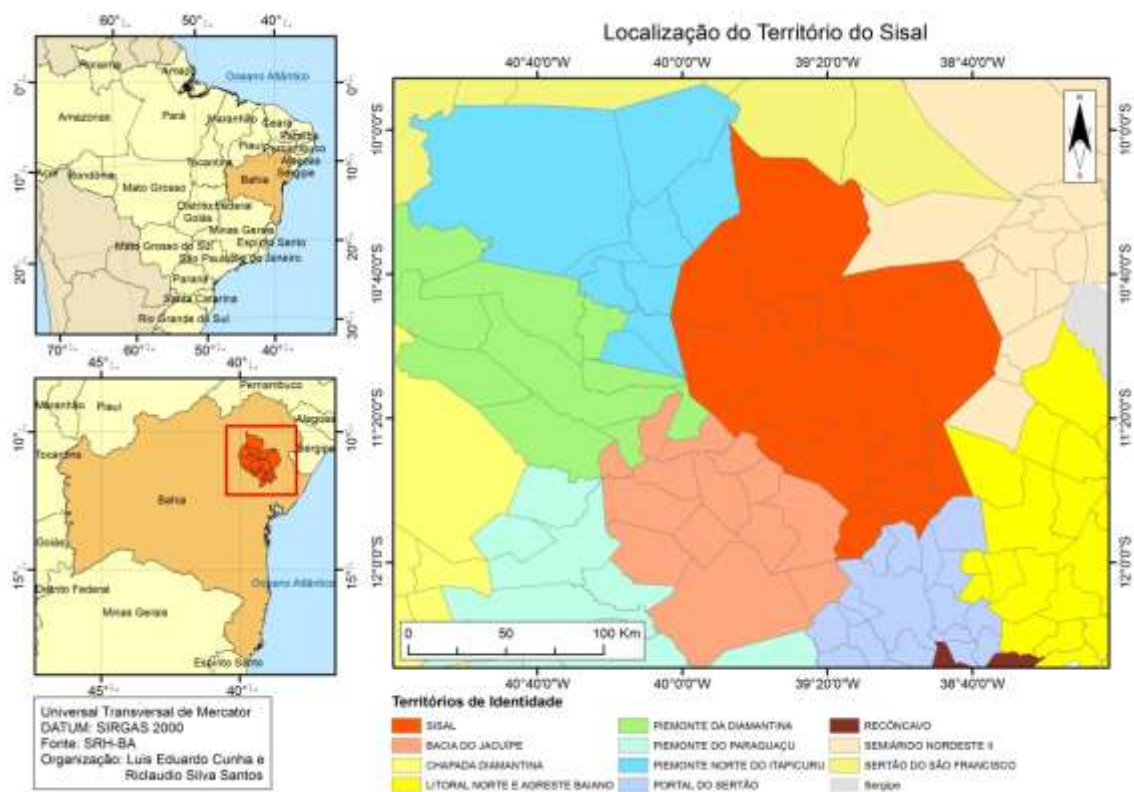
O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SISAL E A PROMOÇÃO DAS POLÍTICAS DE CRÉDITO

O Território de Identidade do Sisal (Mapa 1), reúne vinte municípios do estado da Bahia, inseridos no semiárido baiano, em um polígono de estiagem prolongada e permanentes problemas sociais vinculados aos conflitos fundiários e precarização das condições de vida dos trabalhadores no campo. As condições de organização do trabalho no referido Território não se distinguem muito dos demais cenários nordestinos de precariedade da vida humana. A miserabilidade social, associada aos períodos de estiagem serve até os dias atuais como justificativa para que o Estado gerencie políticas de combate à seca que por décadas operam em função dos interesses de determinadas lideranças políticas, como um atrativo de recursos externos de cunho financeiro que acabam por contribuir para a manutenção das oligarquias agrárias no poder. Além disso, reproduz um ideário de que toda a responsabilidade do cenário de pobreza no Nordeste brasileiro é causada exclusivamente pelas estiagens prolongadas.

A análise sobre o cenário do Território de Identidade do Sisal revela a reprodução de diversos processos históricos presentes na (re)produção do sertão brasileiro. As condições adversas que a natureza impõe são vinculadas à retórica da classe dominante (devidamente representada no Estado) para afirmar que as dificuldades da população sertaneja provêm, exclusivamente, das condições climáticas naturais. O imaginário da seca nordestina como tragédia social e econômica faz da natureza um ente quase metafísico, idealizada e trabalhada nos discursos, como obstáculo ao progresso e à justiça social (SANTOS, M, M, p.127).

No entanto, o que presenciamos na atualidade é um território valorizado pelo poder público mediante seus resultados produtivos e desenvolvimento de programas e ações da política territorial.

Mapa 1: Bahia, Localização do Território de Identidade do Sisal, 2017

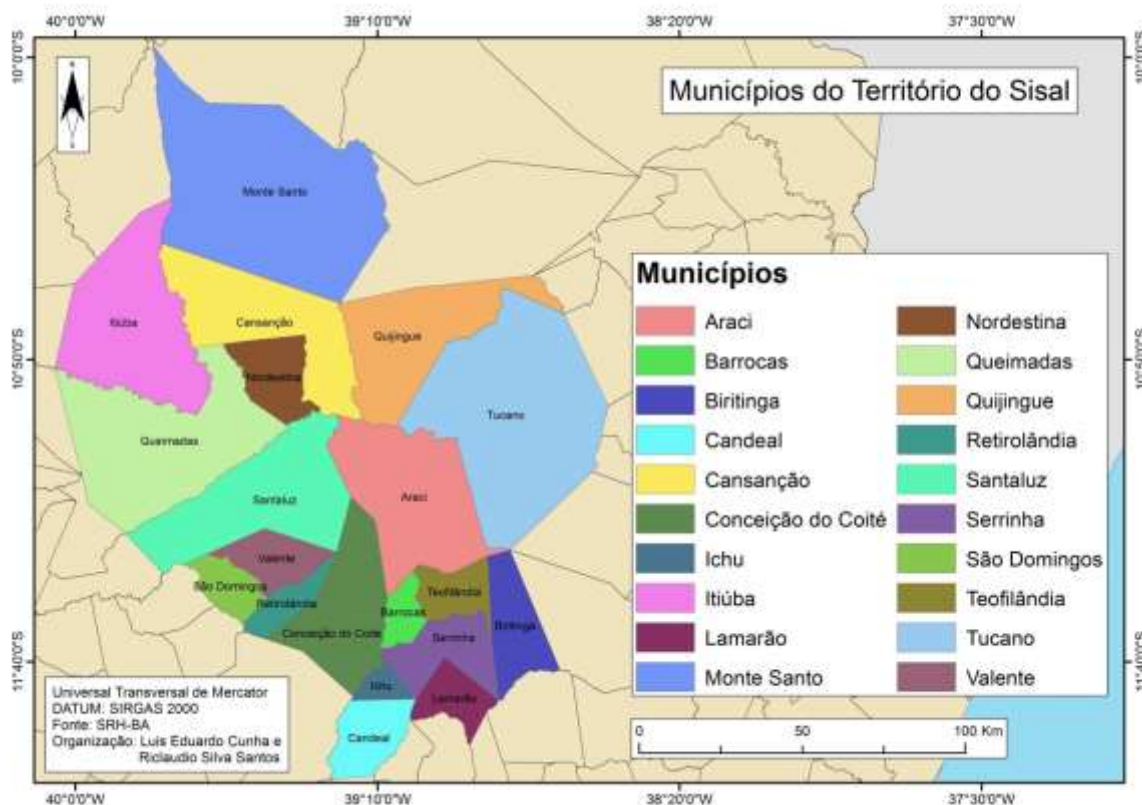


Fonte: Superintendência de Recursos Hídricos, 2012.

Elaboração: Autor.

O planejamento das ações territoriais no âmbito da esfera do governo estadual não está voltado exclusivamente para o espaço rural, tendo em vista a presença de algumas unidades municipais, a exemplo de Ichu, Queimadas, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha e Valente que apresentam uma população urbana superior à rural e outras situações em que municípios como Conceição do Coité e Serrinha registraram uma intensa ampliação do setor terciário nas duas últimas décadas, desenvolvendo assim uma importante centralidade urbana para os demais municípios do Território de Identidade do Sisal (mapa 2).

Mapa 2: Municípios que compõem o Território de Identidade do Sisal, 2017



Fonte: Superintendência de Recursos Hídricos, 2012.

Elaboração: Autor.

Institucionalizado nos planos do MDA durante o ano de 2003, ainda como Territórios da Cidadania³, o Território de Identidade do Sisal tem se consolidado como uma referência nacional para a política de desenvolvimento territorial.

Na perspectiva de avaliação do governo nas esferas federal e estadual, o presente território registra particularidades que envolvem desde os critérios da unidade territorial, em função da cadeia produtiva da fibra do sisal e demais atividades vinculadas ao associativismo e cooperativismo, até mesmo o destaque midiático dado pelo governo em promovê-lo enquanto modelo de desenvolvimento territorial em execução.

O Território do Sisal tem se singularizado no âmbito das políticas territoriais, em face da inserção e adesão às concepções e diretrizes do PNDSTR do MDA, bem como pelos resultados efetivos que tem alcançado na implantação desta proposta. Essa preeminência decorre do nível de organização e do protagonismo dos atores sociais e pelas condições sociais historicamente construídas, apontadas como precursoras do arranjo político-institucional, pretendidas pela política

³ Os Territórios da Cidadania têm como objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia (BRASIL, 2009, p.3).

estatal. A construção da nova institucionalidade no Território de Identidade do Sisal é produto das transformações mais amplas ocorridas na sociedade brasileira [processo de democratização ativado por partidos políticos e movimentos sociais], e das condições particulares que foram forjadas regionalmente [gestadas pela atuação das pastorais rurais e pelo Movimento de organização Comunitária]. Esse processo é produto da mobilização e atuação de diversos agentes sociais que vêm contribuindo para tessitura deste território (COELHO, NETO, 2009p. 12).

Reconhecimento esse que também é confirmado pelo próprio MDA/SDT, em nota de publicação oficial sobre as políticas dos “Territórios Rurais” e os programas conveniados nos períodos em que o ministério ainda atuava no território nacional. Conforme Documento Institucional do MDA (2005), a escolha de Valente (BA) para o lançamento do Plano Safra destinado a agricultura familiar dos anos 2004 e 2005 foi por ser o Território de Identidade do Sisal uma experiência de sucesso de organização e cooperativismo.

O Plano Safra para a agricultura familiar 2004-2005 da Região Nordeste foi lançado em Valente, Bahia, um dos municípios que integram o Território do Sisal, do qual fazem parte dezenove comunidades que estão entre as mais pobres do país, em uma das regiões mais áridas do estado[...] Foram lançadas as novas bases de apoio ao Território do Sisal, uma experiência bem sucedida de organização e cooperativismo, que merece a mesma atenção dos demais territórios em fase de estruturação (MDA, 2005, p. 24-25).

Durante o trabalho de campo realizado no Território de Identidade do Sisal foi possível identificar as chamadas bases de apoio elencadas pelo MDA neste Território. Essas entidades são as organizações comunitárias e atuam nos seguintes segmentos: da organização de cadeias produtivas, do acesso facilitado aos projetos de financiamento e pela própria promoção do discurso de produtividade articulada com o mercado. No município de Valente foram identificados elementos dessas bases de apoio nas narrativas de lideranças políticas locais que enxergam a reivindicação das lutas no campo por dentro das relações capitalistas de mercado. Segundo uma líder de associação entrevistada:

Não há emancipação humana social sem o trabalho de desenvolvimento financeiro. Para que o indivíduo que se encontra numa condição de miséria ou precariedade social tenha uma melhora real de vida é necessário inseri-lo no mercado. Com isso as pessoas estabelecem a relação de compra e produção constante, participando assim da dinâmica produtiva local (Entrevistada 01, Município de Valente-BA, agosto de 2017).

Diante disso, constata-se que a inserção produtiva vinculada à ideologização burguesa de emancipação humana está impregnada nas lideranças sindicais e comunitárias, ao ponto de compreenderem a adoção dos modelos de produção agrícola como a única saída possível para alterar o cenário de miserabilidade social. Situação essa que acaba por influenciar também o universo de camponeses que se encontram na base econômica local. Segundo

Carvalho (2004), os movimentos sociais renderam-se à integração ao agronegócio e se deixaram levar pelo discurso cômodo de geração de renda em curto prazo.

E é nessa necessidade de adesão ao crédito que são formulados programas que facilitam o seu acesso pelos camponeses. De acordo com Delgado (2005), a inserção do setor agrícola na política econômica reforçará as estratégias de concentração e especulação fundiária.

Assim há um avanço do incentivo político e financeiro do Estado para grandes empreendimentos agroindustriais, voltados para a geração de saldos externos (CONCEIÇÃO, 2013, p.86).

Todo esse processo está fundamentado em documentos produzidos pelo próprio Banco Mundial, propondo um conjunto de mudanças nas políticas de Estado dos países em desenvolvimento. O exemplo do próprio relatório: *Brazil: The Management of Agriculture, rural development and natural resources* (BANCO MUNDIAL, 1994) que expõe a necessidade do capital instaurar direcionamentos econômicos para a produção agrícola, processo que se consolida de tal maneira no cenário brasileiro que o Estado estabelece a modernização da produção agrícola no plano de prioridades para o país se adequar aos novos modelos de produção rural.

O capital financeiro encontra no Estado a possibilidade de alianças para o processo de acumulação. O Estado impõe um discurso velado de submissão ao capital, através de políticas de crédito, tornando crescente a expropriação da produção familiar, o assalariamento direto nas áreas do agronegócio. Expropriando milhares de famílias camponesas, intensificando o desemprego, a precarização do trabalho e inscrevendo relações de trabalho escravo (CONCEIÇÃO, 2013, p.83).

Esse processo de expansão do capital financeiro na subordinação da mão de obra camponesa é de extrema importância para a compreensão do avanço da política territorial na unidade empírica do presente estudo. Nos municípios do Território de Identidade do Sisal observou-se, através da pesquisa de campo, a constituição de cooperativas, associações e grupos sociais sindicalizados com vínculo permanente a determinadas políticas de créditos do Banco do Nordeste e da rede bancária cooperada SICOOB⁴. No entanto, é necessário destacar que a institucionalização do Território de Identidade do Sisal pelo governo do estado da Bahia, via o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

⁴ O maior sistema financeiro cooperativo do país com mais de 3,8 milhões de cooperados, 2,6 mil pontos de atendimento, distribuídos em todo Brasil. É composto por cooperativas financeiras e empresas de apoio, que em conjunto oferecem aos cooperados serviços de conta corrente, crédito, investimento, cartões, previdência, consórcio, seguros, cobrança bancária, aquisição de meios eletrônicos de pagamento, dentre outros. Tem todos os produtos e serviços bancários, mas não é banco. É uma cooperativa financeira, onde os clientes são os donos e por isso os resultados financeiros são divididos entre os cooperados.

foi posterior a determinadas estratégias de incentivo ao crédito que foram implantadas em municípios do Território em questão. A própria consolidação das ações da rede bancária cooperativa, sediada no município de Valente-Ba, ocorreu em meados da década de 1990 com a fundação do sistema de crédito local a COOPERE, em articulação com a Associação de Produtores Agricultores do Estado da Bahia (APAEB), sob o discurso do fortalecimento do poder aquisitivo dos produtores rurais. Desse modo, percebe-se como os processos de acumulação do capital, via economia neoliberal se materializam em determinadas escalas.

É justamente nessa articulação entre o Estado e os agentes econômicos da nova ordem neoliberal que se promulgará a ideologia do desenvolvimento territorial que fez ascender essa nova racionalidade econômica e social para a produção camponesa, tornando o camponês um agente representativo de um novo projeto para o rural. A produção camponesa é inserida em uma rede de produção do agronegócio através dos programas de incentivo à monocultura, financiamento de maquinários agrícolas, adesão de insumos geneticamente modificados e a dependência do produtor aos programas de crédito rural. Em consequência o que presenciamos é uma expulsão das condições camponesas de produção, tendo em vista que a mesma não dialoga com o espaço do agronegócio.

Não há equilíbrio de forças entre a agricultura camponesa e as atividades agroindustriais, ao contrário, temos tido desde a década de 1970 um acelerado processo de expulsão da mão de obra camponesa, com forte tendência à diminuição crescente dos produtos alimentares de subsistência. Sem condições de resistirem ao agronegócio e permanecerem nas unidades de produção, os camponeses são obrigados a se submeterem à expansão do agronegócio, ou mesmo perderem suas terras e tornarem-se andarilhos no ciclo do capital. Entretanto, antes de representar a desconcentração da terra, a modernização da agricultura a política de valorização e acesso a terra tem resultado na expropriação dos pequenos proprietários e na mobilidade do trabalho do campo para a cidade (principalmente internamente) intensificando o processo de urbanização e reproduzindo as desigualdades sociais a níveis locais e sub-regionais (CONCEIÇÃO, 2013, p. 84-85).

Com o avanço dos mecanismos financeiros do capital no campo, pode-se observar no Território de Identidade do Sisal uma ampliação das redes de cooperativismo e associativismo em diversas cadeias produtivas que passam a inserir unidades de produção camponesas, numa dinâmica ampliada de produção e acesso a financiamentos e projetos de promoção da agricultura familiar.

É preciso salientar que esses princípios norteadores que consolidam as associações e cooperativas no Território de Identidade do Sisal baseiam-se no pensamento de inclusão social e aproximação das relações com o poder público, em função da busca de autonomia econômica local. De acordo com Diniz (2000), o sucesso econômico passa a ser resultado

da capacidade de o local se especializar naquilo que possa ter vantagens competitivas, decorrentes de seus atributos e da capacidade de inovação. Nesse sentido, a política territorial subsidia um ambiente favorável para o associativismo e cooperativismo em função das cadeias produtivas locais.

No entanto, o que se observa é a condição de dominação que o mercado de produção agrícola determina para os camponeses. A especialização produtiva simboliza a inserção ampliada das relações camponesas na economia agrícola internacional, em que a propriedade e o trabalho camponês são subordinados ao capital em um processo de acumulação permanente. No município de Queimadas-Ba (Figura 1) acompanhamos a visita de uma equipe da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), em articulação com a BahiaTer - Assistência Técnica e Extensão Rural⁵, durante o curso de formação com pequenos produtores rurais do povoado de Cancelas com o intuito de instrumentalizar os camponeses sobre o uso correto do financiamento que eles foram contemplados.

Figura 1: Reunião na sede da associação dos moradores do povoado de Cancelas em Queimadas-BA



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

⁵ Setores vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia e que trabalham também em articulação com a SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial, compondo também o Colegiado territorial, composição essa que é muito comum nos trabalhos desenvolvidos em torno da política territorial.

A visita obedece aos fundamentos propostos pela política territorial de composição diversificada dos representantes colegiais. Havia naquele espaço, além dos trabalhadores locais, representantes dos setores municipais e estaduais comprometidos com o desenvolvimento da produtividade agrícola da comunidade. Na ótica dos representantes do governo e lideranças do colegiado territorial da política territorial, a composição e desenvolvimento dos colegiados são de fundamental importância para o êxito da mesma. Porém, a simples reunião de segmentos sociais do Território de Identidade do Sisal não pode representar uma condição de autonomia dos trabalhadores. É necessário entender que essa atitude expõe o objetivo de promover uma ideologização de conciliação entre as classes.

Tal iniciativa insere-se nas premissas da política de desenvolvimento territorial, sendo objeto de opiniões controversas entre os representantes de organizações de trabalhadores sobre sua viabilidade, considerando os interesses divergentes intrínsecos à situação de classe desses sujeitos. Assim, é possível observar, desde considerações que exaltam a possibilidade de celebração de acordos duradouros até aqueles que, ainda reconhecendo a iminente contradição, acreditam ser necessário compartilhar os debates com classes sociais opostas, buscando consensos pontuais, sob a justificativa de não poderem se ausentar de decisões que envolvem o destino significativo de verbas (LIMA, 2012, p.155).

Ao aprofundarmos nossa análise sobre o povoado de Cancelas, no município de Queimadas-BA, constatou-se que a comunidade apresenta um predomínio de atividades artesanais vinculadas a um pequeno grupo de mulheres, além de atividades pastoris voltadas para a caprinocultura e ovinocultura. No entanto, as visitas dos representantes do colegiado territorial e dos membros dos setores estaduais objetivavam instrumentalizar os produtores rurais da comunidade com projetos de financiamento para a implantação de atividades produtivas que os trabalhadores não tinham convivência, como a piscicultura, horticultura e avicultura em confinamento.

O desenvolvimento dos projetos apresenta direcionamentos específicos para encaminhar a escolha do que será produzido e de que maneira se dará a produção, ou seja, essas unidades camponesas foram incluídas numa cadeia de produção agrícola que não foi idealizada ou planejada pelos camponeses locais. Alguns já praticam a criação de aves como a galinha, sem confinamento nas suas propriedades. No entanto, a lógica dos camponeses não é de uma produção em média ou grande escala que objetiva uma maior renda e competitividade no mercado. A criação das aves nas pequenas propriedades é para possível venda no comércio local no intuito de manter a subsistência da família.

Nesse sentido, a análise sobre a implantação e desenvolvimento desse projeto representa os objetivos de subordinação das relações camponesas aos processos de

acumulação que o capital impõe, via financiamento. Todavia, os camponeses que já se encontram em uma condição de vulnerabilidade social não podem escolher uma alternativa imediata que não seja a adoção das práticas agrícolas de mercado, ampliando assim a dominação do capital sob suas propriedades rurais e mão de obra.

Todavia, a própria oferta de escolha representa a subordinação dos programas de crédito, na medida em que as relações presentes na comunidade não são mantidas. Os segmentos produtivos ofertados para a comunidade foram hortas, piscicultura e avicultura. Esta última voltada para a produção e venda de ovos e não para o abate do animal. Segundo os representantes do Colegiado territorial, essas são as “possibilidades” de produção que o Estado oferece para as comunidades que foram contempladas com o projeto.

No que se refere ao desenvolvimento do financiamento, a iniciativa vincula-se ao projeto “Pró Semiárido” criado pelo governo do estado da Bahia em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Cabe ressaltar que tal fundo é vinculado ao Banco Mundial.

Nos últimos anos, projetos financiados pelo Banco Mundial, com ações assistencialistas nos povoados rurais com recursos do fundo internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA têm atuado em municípios do semiárido, via financiamento de projetos agrícolas e não-agrícolas, principais suportes dessas ações (RODRIGUES, 2012, p.109).

Em suma, o projeto é parte integrante de um conjunto de compromissos promovidos pelo Estado, no que se refere à erradicação da pobreza, através da oferta de serviços e investimentos direcionados à população do semiárido da Bahia. Dentre as ações previstas no projeto, pode-se destacar a construção de agroindústrias, sistemas de abastecimento da água, formação técnica para produtores, além da atuação em redes de cooperação socioproductiva (Figura 2). Através do projeto da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), o governo baiano, objetiva realizar investimentos que giram em torno de R\$ 300 milhões em um universo de 70.000 famílias, em 32 municípios do sertão baiano (SDR, 2016).

Dentre as opções que foram apresentadas para os produtores e produtoras rurais do povoado de Cancelas, foi escolhido, em sua grande maioria, o subsídio para a criação de aves em confinamento e implantação das hortas. Segundo um dos contemplados que foi entrevistado:

A criação das aves acaba sendo uma produção que a gente tem um maior costume para trabalhar e com um rápido retorno financeiro, já criamos galinhas para consumo doméstico, mas sempre em ambiente aberto, com o projeto precisamos agora nos adequar com a criação em modelo de granja e seus cuidados. Quando a gente começar a produzir os ovos, almejamos ter o nosso escoamento para as feiras livres da região e pequenas fábricas de bolos. [...] O sindicato dos trabalhadores rurais, em

outras visitas afirmou que nós poderíamos até fornecer alguns alimentos para a merenda escolar, mas aí seria bom criar uma cooperativa e registrar a produção, processos que acabam deixando o custo mais elevado e nós não temos recursos para tamanha produção (Entrevistado 02, Município de Cancelas, pesquisa de campo 2017).

Figura 2: Reunião na sede da associação dos moradores do povoado de Cancelas em Queimadas-BA



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

No que se refere à atuação do sindicato e dos entes colegiados, vale ressaltar que a escolha dos financiamentos que contemplam as comunidades no Território de Identidade do Sisal é direcionada pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (Figura 3) e do Colegiado Territorial do Sisal, ou seja, o sindicato junto ao colegiado estabelece a articulação necessária, tendo atuação direta no processo de distribuição dos projetos por comunidade.

Figura 3: Sede do STRAF- Sindicato dos Trabalhadores Rurais e agricultores Familiares de Queimadas-BA



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

O projeto “Pró-Semiárido” que foi direcionado para o Povoado de Cancelas é inserido em um programa de política de crédito que apresenta um montante financeiro exato de R\$ 462.807,38 sendo este total destinado às comunidades do município de Queimadas-BA, no Território de Identidade do Sisal, o que compreende as comunidades de Cajueirinho/ Lagoa das Cabras, Cancelas/ Várzea do Curral, Mari e Rio do Peixe (Quadro 1).

Quadro 1: Valores de financiamento do projeto Pró-semiárido

Território Rural	Município	Comunidades	Valor CAR R\$	Valor Contrapartida R\$	Valor Total R\$
Famílias Unidas	Queimadas	Jitirana, Maciel, Riacho da Onça e Santo Euzébio.	454.704,61	50.766,50	505.471,11
Queimadense	Queimadas	Lajedo/Tiririca, Limpo dos Bois, Umbuzeiro Grande e Várzea da Capoeira.	437.852,11	48.189,50	486.041,61
Juntos Para Crescer	Itiúba	Ancelmo, Queimada Bonita, Sítio do Meio e Várzea dos Porcos.	439.405,20	49.911,25	489.316,45
Aliança do Jacurici.	Itiúba	Fazenda dos Colonos, Jasmim, Limpus e Novo Paraíso.	424.668,43	36.873,50	461.541,93
Sisaleiro	Queimadas	Cajueirinho/ Lagoa das Cabras, Cancelas/ Várzea do Curral, Mari e Rio do Peixe.	406.323,48	56.483,90	462.807,38
Crescer Produzindo	Queimadas	Capim Grosso, Gentio/Umburanas/ Tanques, Lagoa Formosa/Ponto Novo e Marruá.	414.380,78	50.690,47	465.071,25
Aliança do Sertão	Itiúba	Capoeira/Alegre, Fazenda Alegre, Fazenda Maria dos Santos, Taquari.	396.591,20	59.273,97	455.865,17
Vale do Itapicuru Açu e Mirim	Itiúba	Alto do São Gonçalo, Fazenda Nova Estreito, Pinheira e Várzea Cumprida.	409.880,81	58.798,50	468.679,31
Itapicuru	Itiúba	Alagadiço do Mel, Cabaças, Cipó de Leite e Várzea Suja.	407.665,64	58.688,50	466.344,14

Fonte: CAR- Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional/ CODETER-SISAL, 2017.

Elaboração: Autor.

Segundo um dos camponeses entrevistados, o processo de adesão aos financiamentos ocorre da seguinte maneira:

Nosso contato é sempre com o pessoal do sindicato. Eles realizam um cadastramento das famílias na comunidade que é enviado para o pessoal do colegiado. E desse momento em diante nós aguardamos para ter informações se a nossa comunidade foi contemplada ou não. Nesse último projeto do “Pró Semiárido” nós fomos contemplados, mas não sei informar o motivo ao certo de escolherem a gente (Entrevistado 02, povoado de Cancelas, Pesquisa de campo, 2017).

Nos direcionamentos propostos na reunião do Colegiado, os representantes dos setores do Estado destacaram a responsabilidade que os camponeses precisam assumir com o desenvolvimento dos projetos financiados, tendo inclusive a preocupação de ratificar durante a reunião a necessidade de uma boa produtividade agrícola para que a comunidade venha a ser contemplada com outros projetos futuros. Em nosso entendimento, mesmo que esse discurso seja oriundo de um representante do Estado, inserido em um Colegiado territorial, o mesmo legitima a ausência do próprio Estado sobre a responsabilidade social com os camponeses envolvidos no determinado projeto e expõe contradições do modo de produção capitalista.

Para a aplicação dos financiamentos, os entes colegiados desenvolveram outra territorialização em alguns municípios do Território de Identidade do Sisal, na qual são criados territórios rurais em menores escalas geográficas, contendo agrupamentos de comunidades e povoados de um único município integrante. Com isso, o Território de Identidade do Sisal é novamente dividido em outros territórios, chamados de “Territórios Rurais” que compõem em específico, o planejamento das políticas de crédito. Essa organização proposta pelo Conselho territorial, junto com o Colegiado objetiva estabelecer um melhor planejamento para a distribuição dos projetos direcionados pelo Estado.

Outro aspecto que nos chama atenção, são os aparentes critérios de avaliação do governo ao direcionar o projeto “Pró-Semiárido” para a população, no que se refere à distribuição dos financiamentos familiares. Inicialmente, é avaliada a força de mobilização cooperativa e associativa das comunidades, em um cenário baiano de precariedade das condições de vida da população. Em seguida observa-se o êxito ou fracasso de projetos anteriores desenvolvidos nas comunidades em questão, sem ao menos avaliar junto à comunidade, as reais escolhas ou processos de implantação produtiva da comunidade que não alcançaram o planejamento esperado pelo programa governamental.

Numa outra entrevista realizada no povoado de Cancelas, uma liderança local informou que os critérios para a contemplação dos projetos giram em torno do poder de organização

das comunidades e o histórico de experiências anteriores bem-sucedidas com projetos similares de financiamento. Segundo o entrevistado, o desenvolvimento de financiamentos na comunidade tem se tornado muito comum nos últimos anos. Com isso, foi ampliada a criação de animais e plantios de monocultura em pequena escala, mas os produtores estão reféns dos períodos sazonais de estiagem, condicionando-os a buscarem financiamentos como a única forma de manterem suas produções ou abrirem as propriedades rurais para inovações produtivas do mercado (Entrevistado 04, povoado de Cancelas, pesquisa de campo, 2017). Segundo o entrevistado em questão:

A comunidade de Cancelas foi contemplada dentre um universo de outras comunidades no semiárido baiano em função do seu poder de organização comunitária. [...] Cancelas tem uma matriz histórica relacionada com o povo quilombola, mesmo não tendo o reconhecimento da comunidade e do governo federal, isto nos faz ser uma comunidade unida e propícia a receber esses financiamentos do governo. Mas, além disso, acredito que a vontade da associação e do sindicato municipal em buscar esses recursos tem feito uma diferença grande para todos nós (Entrevistado 03, povoado de Cancelas, pesquisa de campo, 2017).

Cabe ressaltar que além das entrevistas semiestruturadas, o que mais foi constatado durante a pesquisa de campo foi um deliberado “alheamento” por parte dos camponeses da comunidade, sobre a real funcionalidade da organização colegiada. Todavia, apesar do Colegiado Territorial apresentar dentre suas finalidades a pluralidade de composição, o que se constatou em execução foi um direcionamento dado pelos representantes do governo estadual em exclusividade para os trabalhadores e camponeses. Tendo neste sentido a ausência dos demais sujeitos que também participam da gestão do território. A título de exemplo, os proprietários latifundiários não aparecem nas reuniões do Colegiado, os mesmos acessam outros meios (seu poder de barganha e influência política) para a realização de seus interesses por meio dos financiamentos. Isto posto compreende-se que as instâncias participativas são, muitas vezes, uma forma de obtenção de um consenso, em favor de um espírito democrático, mas que mascara a imposição de projetos neoliberais e dominação dissimulada dos camponeses. O que vem acontecendo na política atual dos Territórios de Identidade é que, diferentemente do que ocorriam nos anos iniciais do governo do PT⁶ em escala federal, todas as decisões deliberadas em Colegiado devem ser aprovadas ou reprovadas pela prefeitura do município que a comunidade está inserida. Isso faz com que os espaços colegiados sejam ainda mais capturados por grupos de lideranças políticas e

⁶ Partido dos Trabalhadores. O momento no texto refere-se, aos anos iniciais do então governador eleito no Estado da Bahia Jaques Wagner e o seu alinhamento com o governo federal que também pertencia em mandato ao partido dos trabalhadores.

econômicas locais. Uma estratégia utilizada pelos latifundiários, ocorre por meio dos consórcios, ignorando os espaços colegiados do Território de Identidade do Sisal. A existência do CONSISAL⁷ representa a consolidação desse modelo de gestão que acaba por conflitar com os princípios da gestão colegiada participativa, revelando as artimanhas neoliberais de dominação não pela coerção, mas pela legitimação obtida nos colegiados e políticas territoriais.

Ao ser questionado sobre a real participação de todos os representantes colegiados nos espaços deliberativos, um dos membros relatou a seguinte situação.

Geralmente os grandes produtores não participam ativamente das reuniões. De um modo geral, nessas reuniões em comunidades locais são debatidas pautas que não interessam aos ditos latifundiários. [...] Este cenário se repete ao longo das visitas nas comunidades dos demais municípios, ou seja, a participação mais significativa é de membros do colegiado e dos pequenos produtores locais. A única situação em que os grandes proprietários costumam participar e ainda assim de maneira bem pontual são os espaços que envolvem a aquisição dos consórcios territoriais, com possibilidades de maiores investimentos para o município (Entrevistado 04, povoado de cancelas, pesquisa de campo, 2017).

Já é possível observar possíveis entraves da política territorial desenvolvida no estado da Bahia que materializam as contradições do modo de produção capitalista, no que tange a dicotomia entre os interesses classistas sobre as políticas de crédito, sendo que inclusive, os interesses dos trabalhadores na comunidade de Cancelas não são uma preocupação significativa de segmentos locais que compõem o Colegiado. Observa-se que os interesses da classe dominante, numa condição de atendimento da política territorial são demasiadamente distintos do que almejam os camponeses. Nesse sentido, os meios que propagandeam a defesa da política territorial na condição de um rearranjo institucional do Estado, como espaços de gestão democrática e descentralização, funcionam dentro da lógica do capital, onde os reduz a condição de negação do conflito entre as classes.

Nesse sentido, poder-se-ia então ressaltar, o quão o Estado atua nesse processo ao aprofundar a precarização das condições de vida camponesa ao condicionar a subordinação da força de trabalho desses indivíduos aos projetos de financiamentos da agricultura de mercado. Nesse sentido, o Estado age camuflando seus interesses reais de expansão das políticas de crédito, através do discurso de promoção do desenvolvimento territorial.

O fundamento de defesa da política territorial que estabelece a condição de uma composição diversa do Colegiado como princípio condicionante para o desenvolvimento

⁷ CONSISAL - Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal.

universalizado do território, se torna uma ideologização.

Assim,

O Estado constitui a entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajosas para os interesses capitalistas dominantes que trabalham nesse âmbito (HARVEY 2005a, p.111).

Mediante isso, a adoção das políticas territoriais, através do Estado, reveste esse instrumento do capital em algo que o mesmo não é, uma vez que investe nele uma tarefa de realizar um diálogo “harmonioso” entre as classes, quando na verdade as políticas de desenvolvimento territorial promovem um esvaziamento do conteúdo do território, (base de conflito) por uma referência meramente escalar e, além disso, o aborda como uma ilha, o lócus espacial do desenvolvimento apartado e/ou imune às conjunções da macroeconomia global capitalista (LIMA, 2012, p.165).

Para a compreensão desse processo, basta observarmos que a reunião colegiada na comunidade de Cancelas visava à formação produtiva de camponeses sobre um projeto de financiamento, vinculado ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Essa é uma extensão estratégica do Banco Mundial, cuja sua aplicação é destinada as unidades camponesas. Ou seja, o próprio discurso de emancipação social endógena, entra em contradição ao não avaliar os ditames do capital que estão presentes na promoção desta política pública de Estado voltada para o acesso ao crédito.

Mediante isso, observa-se o ambiente territorial como meio propulsor para alavancar os projetos de financiamento, sendo que as diversas entidades que compõem o Colegiado territorial visam participar e/ou receber projetos de financiamentos públicos. Nos últimos anos mais de 345 mil agricultores foram contemplados com ações do garantia safra e nos anos de 2015/2016 o governo federal destinou 1,4 bilhões em crédito rural para o estado da Bahia, sendo este valor 55% acima do que foi disponibilizado nos anos de 2013/2014, o que representa um maior incentivo ao crédito para os camponeses. (BRASIL. MDA, 2015).

Nessa perspectiva, pode-se afirmar a existência de concorrência entre as comunidades, municípios e dos próprios Territórios de Identidade em busca de recursos e projetos. Processos esses que favorecem o Estado burguês capitalista, tendo em vista que nesse cenário de competição entre os territórios, o Estado transfere a responsabilidade da procura e do crescimento econômico para a população. Portanto, há estreita relação entre a política de desenvolvimento territorial e os projetos de (re)estruturação produtiva do capital que direcionam estratégias de subordinação da mão de obra camponesa, por meio de projetos

dos setores financeiros mundiais.

O que se constata é que a consolidação da política territorial no presente cenário baiano gera um incentivo maior do próprio Estado para disponibilizar empréstimos aos camponeses. Consolida, dessa forma, os objetivos do processo de acumulação do capital, tendo em vista que a política de desenvolvimento territorial difunde a possibilidade de se estabelecer uma sociabilidade entre os indivíduos nos marcos da hegemonia capitalista (LIMA, 2012, p.167).

Ainda, segundo Lima (2012), essa condição da territorialização só se mantém duradoura, conforme seus signatários, caso a mesma passe a combinar o planejamento espacial pelo Estado, considerando inclusive as potencialidades dos territórios criados, bem como a capacidade empreendedora dos indivíduos que integram o lugar, devendo estar aptos as condicionantes variáveis presentes na circulação de capitais e mercadorias.

Para Lisboa (2007), as políticas voltadas para o desenvolvimento nesse formato são respondidas no/pelo território, momento este em que as consequências da crise do capitalismo impõem alterações aos padrões produtivos e organizativos, alterando o discurso predominante em defesa do desenvolvimento por meio da industrialização que passa a ser substituído pela onda de desenvolvimento territorial, fundamentado na valorização cultural, como alternativa para um “desenvolvimento mais equilibrado e justo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem territorial presente no Brasil desde a década de 1990 não deve ser compreendida de maneira pontual ou isolada das transformações macroeconômicas que as sociedades industriais passam a desenvolver conforme a política neoliberal. Diante de projetos voltados para a produtividade do campo em grande escala, o espaço agrário brasileiro apresenta mudanças similares aos principais países em desenvolvimento da América Latina e Ásia.

No âmbito da Literatura, durante a década de 1990, as reflexões sobre o problema agrário, denominada como paradigma do *capitalismo agrário* (ABRAMOVAY, 1998), colocaram em evidência a questão agrária como supostamente insolúvel no capitalismo, exigindo então a integração ao mercado dos pequenos agricultores e daqueles que buscavam o acesso à terra. Nesse contexto, se insere a chamada reforma agrária de mercado, tendo em suas ramificações diversos projetos voltados para a produtividade do campo.

Todavia, compreende-se a política de desenvolvimento territorial como elemento

intrínseco às estratégias de ampliação das relações produtivas, requeridas pelo capitalismo financeiro, em ações como a subordinação da mão de obra camponesa através do acesso aos financiamentos.

Sob o prisma da abordagem territorial, as ações de ampliação do crédito rural promovem um novo processo de territorialização do capital no espaço agrário, subordinando os camponeses. A condição de territorialização nessa reestruturação do capital desenvolve estratégias para a transformação das relações produtivas no campo em distintas escalas, mas atuando num só objetivo de acumulação. Para isso concorre nova forma de dominação: aquela da participação colegiada, dentro de uma pretensa igualdade entre os envolvidos no território. Ideologicamente, acredita-se que todos têm o mesmo poder decisório, mas o que se observa é a manipulação que produz um consenso, forma de imprimir a ordem neoliberal.

É um equívoco associar as ações da política territorial institucionalizadas no Território de Identidade do Sisal, a um período isolado na virada do século XX. O que foi possível compreender com o desenvolvimento da pesquisa foi a materialização de estratégias para a transformação do espaço agrário, em prol das necessidades de acumulação do capital. Em consonância, identificou-se a instauração de um projeto hegemônico do capital que vem sendo perpetuado até a atualidade com o avanço das estratégias neoliberais. Conseqüentemente, no cenário atual da gestão dos territórios rurais, observa-se a consolidação dessa forma de ordenamento, como viabilizadora do desenvolvimento rural a serviço do capital.

O paradigma do desenvolvimento territorial apresenta um discurso em defesa da concepção de autonomia de gestão dos atores locais. Esses que de certa maneira tiram a ideia da regulação política do Estado como promotor do desenvolvimento, disseminando assim o econômico e o político nas dimensões social, cultural, político-constitucional, e de risco ambiental, ou seja, as ações territoriais têm sido apresentadas com a justificativa de reduzir a pobreza mediante o acesso ao mercado. Entretanto, esses programas que atendem às propostas preconizadas pelo Banco Mundial estimulam a constante subordinação da mão de obra camponesa, bem como da sua propriedade rural à agricultura de mercado, sob gênese da financeirização. Tornando assim as relações camponesas cada vez mais vulneráveis aos ditames de acumulação do capital. O que é possível destacar ao longo desse processo de desenvolvimento da presente pesquisa é um crescente movimento de adesão dos camponeses aos projetos de financiamento, mas também a existência de um conflito por alguns determinados setores do movimento social territorial que buscam resistir aos avanços

da financeirização rural, através de ações produtivas autônomas, vinculadas em muito dos casos a agroecologia ou comunidades de fundo de pasto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: UNICAMP, 1998.

BANCO MUNDIAL. **Legando a los pobres de las zonas rurales: estrategia de desarrollo rural para América Latina y el Caribe**. [Washington D.C.], Departamento de Desarrollo Ambiental y Socialmente Sostenible, jul.1994.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. CHAMADA CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/20014. Secretaria de Políticas para as Mulheres/ Ministério do Desenvolvimento Agrário. Distrito Federal, Brasília, 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável**. MDA/CONDRAF, 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Referências para a gestão social de territórios rurais. **Documento Institucional n. 3**. Brasília: Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Novembro e 2005.

_____. **Territórios da Cidadania: integração de políticas públicas para reduzir desigualdades**. Brasília, março de 2009. Disponível em <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/territoriosrurais/pageflip/>. Acesso em 12 dez 2018.

CARVALHO, H.M. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. 405p.

CAVALCANTE, M. B.; FERNANDES, B. M. Territorialização do agronegócio e concentração fundiária. **Revista NERA (UNESP)**, v. 13, p. 16-25, 2008.

COELHO NETO, A. S. Emergência e atuação das redes de coletivos sociais organizados no Território do Sisal. In: **(Geo) grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2009, v.1, p. 305-368.

CONCEIÇÃO, A.L. A geografia do espaço da miséria. **Revista Scientia Plena**, Aracaju, v.1, n.6, p 166-170, 2005.

_____. Estado, políticas públicas e o reordenamento social e territorial do trabalho. In: ANDRADE, E.S.; SILVA, F. de P.S. da. (Orgs.). **Estado e Políticas Públicas: a construção do conselho neoliberal**. Salvador, Eduneb, 2013.

_____. Estado, capital e a farsa da expansão do agronegócio. **Revista Meridiano**, n.2. 2013. Disponível em: <https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/estado-capital-e-a-farsa-da-expans3a3o-do-agronegc3b3cio.pdf>. Acesso em 14 jan. 2018.

DELGADO, G. C. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5491>.

Acesso em: 24 jul. 2017.

DINIZ, C. C.. A nova Geografia econômica do Brasil: Condicionantes e implicações. In: **XII FÓRUM NACIONAL - INSTITUTOS DE ALTOS ESTUDOS**, Rio de Janeiro, maio de 2000.

HARVEY, D. **A Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2005.b

LIMA, J. A. X. Políticas públicas e agricultura familiar: caracterização do acesso ao crédito em Santa Cruz da Baixa Verde-PE. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 51., 2013, Belém. **Anais**, Brasília: SOBER 2013.

LIMA, L. G. **Despindo o estratagema das políticas de desenvolvimento territorial no alto sertão sergipano**: o (des) mascaramento da territorialização do capital por meio da sociabilidade reificante. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. Série BNB Teses e Dissertações, n.32. 2012.

LISBOA, J. Bispo de. **A trajetória do desenvolvimento para o nordeste**: políticas públicas na (dis)simulação da esperança. 2007. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2007.

RODRIGUES, V. P. A. **Capital, Estado e a lógica dissimulativa das políticas de crédito no processo de expropriação e sujeição do trabalho no campo**. 2012, 250f. (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2012.

SAUER, S. A terra por uma cédula: estudo sobre a „reforma agrária de mercado“. In: MARTINS, M. D. **O Banco Mundial e a terra**: ofensiva e resistência na América Latina, Ásia e África. São Paulo: Viramundo, 2004, p. 40-60.

_____. Estado, Banco Mundial e protagonismo popular; o caso da reforma agrária de mercado no Brasil. In: SAUER, S.; PEREIRA, J. M. M. (Orgs.). **Capturando a Terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 285-314.

SANTOS, M. M. **Movimentos sociais**: na trama subliminar do ocultamento dos conflitos de classe. 2008. 311f. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, SE, 2008.

SENRA, K. **Políticas e instituições para desenvolvimento econômico**: o caso do Brasil. Santiago, Chile: CEPAL, 2010. Serie Desarrollo Territorial n. 8. Disponível em: <http://www.eclac.cl/ilpes/publicaciones/xml/3/38883/S8DT_L3192_p.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

Submetido em: outubro de 2019

Aceito em: dezembro de 2019